SANEAMENTO BÁSICO E DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS NA CIDADE DE BELÉM - PA

Gizele Cristina Carvalho dos Santos [1]

Gessica Viviane Silva Carvalho [2]

RESUMO

O presente artigo se debruçará na análise sobre os desafios da universalização do Saneamento Básico na cidade de Belém do Pará. Esta pesquisa foi orientada pela Teoria Social de Marx e o método de investigação e de tratamento dos dados desta pesquisa foi o materialismo histórico-dialético. Nos procedimentos metodológicos foram realizadas: a Pesquisa Bibliográfica por meio de obras de pensadores marxianos e marxistas; e a Pesquisa Documental, por meio da coleta de matérias de jornais, vídeos, relatórios e dados da Prefeitura Municipal de Belém. Através da pesquisa constatou-se que no Brasil, o saneamento básico vem sendo disputado pela lógica do mercado. Em Belém, as frações da classe trabalhadora vêm sofrendo com a crise do saneamento, que se expressa pelos índices precários de acesso à água potável, com a falta de tratamento de resíduos sólidos e do esgotamento sanitário e com a falta de soluções técnicas para os constantes alagamentos.

Palavras-chave: Planejamento Urbano. Saneamento Básico. Desigualdades Socioespaciais.

ABSTRACT

This article will focus on the analysis of the challenges of universalizing Basic Sanitation in the city of Belém do Pará. This research was guided by Marx's Social Theory and the method of investigation and treatment of data in this research was historical-dialectical materialism. In the methodological procedures were carried out: the Bibliographic Research through works of Marxist and Marxist thinkers; and Documental Research, through the collection of articles from newspapers, videos, reports and data from the Municipality of Belém. Through the research it was found that in Brazil, basic sanitation has been disputed by the logic of the market. In Belém, the fractions of the working class have been suffering from the sanitation crisis, which is expressed by the precarious rates of access to drinking water, the lack of solid waste treatment and sanitary sewage, and the lack of technical solutions for constant flooding.

Keywords: Urban Planning. Basic Sanitation. Sociospatial Inequalities.

[1] Universidade Federal do Pará (UFPA); Assistente Social; Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/UFPA); gizele.santos@icsa.ufpa.br.

[2] Universidade Federal do Pará (UFPA); Bacharela em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Pará; gessicaviviane.gv@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo é produto das reflexões desenvolvidas no âmbito do Grupo de Pesquisa Políticas Urbanas e Movimentos Sociais na Amazônia Globalizada (GPPUMA), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade Federal do Pará. Nesse sentido, este trabalho se debruçará na análise sobre os desafios da universalização do Saneamento na cidade de Belém.

A pesquisa foi orientada pela Teoria Social de Marx, sendo assim, o método de investigação e de tratamento dos dados desta pesquisa foi o materialismo histórico-dialético. Nos procedimentos metodológicos da pesquisa utilizaram-se técnicas de pesquisas qualitativas e quantitativas. Ademais, foram realizadas: 1) Pesquisa Bibliográfica a partir da utilização de obras de pensadores marxianos e obras de pensadores marxistas regionais, nacionais e internacionais; e 2) Pesquisa Documental, por meio da coleta de matérias de jornais, vídeos, relatórios e dados da Prefeitura Municipal de Belém (GIL, 1987).

Através da pesquisa constatou-se que no Brasil, o saneamento básico vem sendo disputado pela lógica do mercado, agravando as condições de moradia das frações da classe trabalhadora que sobrevive na “cidade ilegal”. Em Belém do Pará, as frações da classe trabalhadora vêm sofrendo com a crise do saneamento em pleno século XXI, que se expressa pelos índices precários de acesso à água potável, com a falta de tratamento de resíduos sólido e do esgotamento sanitário e com a falta de soluções técnicas para os constantes alagamentos.

Este artigo possui o seu desenvolvimento dividido em três momentos. Em um primeiro, busca-se refletir sobre a lógica do Planejamento e das Políticas Urbanas do Estado capitalista. Em seguida, será discutido o saneamento básico no contexto da lógica capitalista, fazendo um contraponto entre a concepção do saneamento como Direito Humano e do Saneamento a partir da lógica mercadológica. Em um terceiro momento, pretende-se abordar as particularidades da questão do saneamento básico na cidade de Belém, trazendo os aspectos históricos e sociais, os desafios da universalização do saneamento na cidade.

2 PLANEJAMENTO E POLÍTICAS URBANAS: ASPECTOS TEÓRICO-HISTÓRICOS

É notável para esta análise sobre o planejamento e as políticas urbanas no modo de produção capitalista a tese de Lojkine (1981), na célebre obra *"O Estado capitalista e a questão urbana".* Conforme o autor, as políticas urbanas do Estado são "contratendências" criadas pelo modo capitalista de produzir visando atenuar e regular os efeitos negativos da segregação e da mutilação capitalista dos equipamentos urbanos. A partir da sua análise é possível compreender que a intervenção do Estado na urbanização capitalista é um componente chave na divisão social do trabalho (LOJKINE, 1997).

A partir de Villaça (1990), pode-se dizer que foi durante o processo de urbanização e industrialização nos países centrais, na Europa, entre os séculos XVIII e XIX, que emergiram as primeiras concepções de planejamento urbano, que inclusive vieram a influenciar a regulação do espaço urbano brasileiro.

O processo de urbanização, industrialização e crescimento demográfico das cidades, principalmente europeias, se deu com precárias condições sanitárias. Engels (1985), em sua obra *"A situação da classe trabalhadora na Inglaterra"* descreve muito bem as condições de moradia que a classe operaria vivia nas cidades inglesas, mesmo diante de um cenário de extremo crescimento econômico.

Não seria possível deixar de mencionar uma experiência histórica de planejamento urbano que ocorreu na cidade de Paris, que foi reconhecida por todas as cidades do mundo por conta da sua reforma urbana promovida por Napoleão III, tornando-se o mais usado modelo na modificação da fisionomia das metrópoles até meados do século XX.

Segundo Harvey (2014), para Haussmann realizar a sua reforma foi necessário acabar com os velhos bairros pobres de Paris. Esse processo se deu através de expropriação e tudo isso se fez em nome do desenvolvimento cívico, da recuperação ambiental e da renovação urbana.

Salienta-se que esta "reforma urbana", apesar de ser reconhecida por sua obra física e por ter atendido aos caprichos da burguesia, não se pode dizer o mesmo do

ponto de vista social, já que na medida que a cidade sofreu o processo de renovação urbana, a classe trabalhadora foi sendo segregada para áreas insalubres (HARVEY, 2014).

Através de pesquisas nos Estados Unidos da América sobre o processo de renovação urbana, no século XX, é possível afirmar que o seu fracasso “do ponto de vista de seu impacto sobre o problema da habitação” (CASTELLS, 2020, p.416). A renovação urbana, portanto, apenas desloca os problemas no espaço, tornando mais aguda a questão da moradia diante da não existência de uma intervenção pública para intervir nesta questão. Dessa forma, a intervenção renovadora americana agravou consideravelmente a falta de moradias populares.

Ressalta-se que o modelo de planejamento urbano que vem ocupando o trono deixado pelo padrão tecnocrático-centralizado-autoritário é o chamado planejamento estratégico. Este foi inspirado em conceitos e técnicas oriundos do planejamento empresarial, originalmente sistematizados na Harvard Business School e segundo seus defensores, este modelo deve ser adotado pelos governos locais em razão de estarem às cidades submetidas às mesmas condições e desafios que as empresas. Para o autor, esta lógica de planejamento urbano visa a “eliminação da esfera política local, transformada em espaço do exercício de um projeto empresarial (...) transfigurando-a em mercadoria, em empresa ou em pátria” (VAINER, 2002, p. 98).

No mesmo sentido, Sánchez (2001) destaca que esse modelo de planejamento implementado foi uma estratégia utilizada pelo poder político para mercantilizar a cidade. O planejamento estratégico, mesmo aparentando ser democrático e participativo, está vinculado ao ideário neoliberal que “orientou o ‘ajuste’ das políticas econômicas nacionais por meio do Consenso de Washington”. Essa lógica de planejamento a nível local, cumpre o papel de desregular, privatizar, fragmentar e atender os interesses do mercado (MARICATO, 2011).

Nas cidades Amazônicas, esse processo se dá no final do século XX e início do século XXI, quando as cidades começam a realizar grandes projetos de infraestrutura física, como a Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu (Pará) e a Hidrelétrica da Baía de Santo Antônio, no Rio Madeira (Rondônia). A cidade de Belém também recorre a essa concepção de planejamento, tendo como exemplo o Projeto

Portal da Amazônia, que teve início no século XXI e que "(...) se insere no contexto das experiências de revitalização urbana, que tem nos projetos com grandes dimensões urbanísticas, a perspectiva de tomar a cidade como referência urbanística em escala mundial" (CRUZ, 2012, p. 217).

Cabe afirmar que o patrimônio da região amazônica é imensurável, entretanto "(...) a região permanece pobre, subdesenvolvida, dependente e periférica. Por quê? Porque as políticas de ocupação e "desenvolvimento" da região estiveram e permanecem a serviço do grande capital nacional e estrangeiro" (MARQUES, 2019, p.30).

Conforme Marques (2019), as riquezas da Amazônia foram escoadas grandemente para outras regiões e países, conforme o grande capital e a divisão nacional e internacional do trabalho, efetivada por grandes empresas nacionais e internacionais.

É importante destacar que o modelo de planejamento urbano adotado no Brasil e na Amazônia, além de não privilegiar os aspectos sociais das cidades, também não vem privilegiando os seus aspectos naturais. Em relação à realidade amazônica, percebe-se que historicamente está se desconsiderando as suas particularidades, especificamente a sua abundância de Recursos Hídricos, na medida em que, as suas Bacias Hidrográficas não estão sendo vistas como unidades do planejamento urbano que interligam serviços relacionados aos recursos hídricos, como por exemplo, o saneamento (MARICATO, 2011).

Na segunda década do século XXI, após o golpe de 2016, visualiza-se uma série de ataques as Políticas Urbanas. Conforme o "*Dossiê do desmonte da política urbana federal nos governos Temer e Bolsonaro e seus impactos sobre as cidades"*, a política urbana e as cidades brasileiras sofreram sérios e graves retrocessos (SANTOS JUNIOR; DINIZ; SAULE JUNIOR, 2020).

Diante desse cenário de disputa, com os impactos do projeto ultra neoliberal, mercantilizar as políticas urbanas, implica considerar que as expressões da Questão Social, de modo específico, a questão urbana, tende a se intensificar, agravando profundamente as condições de reprodução social das frações da classe trabalhadora nas cidades.

A partir desta reflexão inicial, propõe-se agora fazer uma discussão sobre o saneamento básico, a partir da ótica mercantilizadora e da ótica do direito à cidade.

3 O SANEAMENTO BÁSICO NO CONTEXTO DA LÓGICA DO CAPITAL: DIREITO SOCIAL *VERSUS* MERCADORIA

Conforme Pereira (2013), o investimento em saneamento enquanto política pública e direito social está atrelado à formação do espaço urbano, especialmente, no contexto do capitalismo monopolista.

Ainda em concordância com Pereira (2013, p.270), existe uma compreensão intencional do saneamento como intervenção física, isto é, o saneamento é reduzido a dimensão técnica, "(...) tal fato justifica-se pela histórica marca tecnocrática de trato do saneamento como política de infraestrutura, dominada no campo do saber por disciplinas como a Engenharia". Cabe assinalar que essa concepção visa diluir a concepção do saneamento como direito social.

Na sociedade capitalista não existe uma apropriação igualitária ou coletiva do solo urbano entre estes segmentos, sendo assim, a classe trabalhadora, classe que produz a riqueza da sociedade capitalista, torna-se a classe mais penalizada nesse processo, pois o solo urbano trata-se de um ativo e uma fonte de acumulação capitalista (CORRÊA, 2004).

Segundo Foster (2012), no processo de acumulação capitalista a usurpação do meio-ambiente e da riqueza pública – ar, água, terra, ecossistemas, espécies –, é caracterizada pelo desperdício, destruição e pelo processo de apropriação privada dos recursos naturais pela classe dominante.

Compreende-se que diante disso o acesso aos recursos naturais e à infraestrutura urbana, especialmente, o acesso ao saneamento – compreendido através do conjunto abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos e drenagem urbana –, é restrito, ou seja, os desafios da universalização do saneamento, um direito humano, na sociedade capitalista se mostra pela sua não socialização com todos os sujeitos que produzem o espaço urbano (MAGALHÃES, 2015).

Em meio ao cenário de financeirização do capital, conforme Britto *et al.* (2012), o Saneamento passa a ser disputado por interesses de classes. O saneamento como uma mercadoria, está sujeito a regras e à lógica do capital. O saneamento como direito humano parte da concepção da universalização do acesso, que envolve o princípio da não exclusão de parcelas da classe trabalhadora sem capacidade de pagamento pela prestação dos serviços, bem como o papel do Estado na garantia da provisão dos serviços para esses segmentos.

No Brasil, segundo Pereira (2013), comparando o saneamento em dois momentos históricos, o de redemocratização e o pós- aprovação do Estatuto das Cidades tem-se, respectivamente, uma limitação do saneamento enquanto serviços de água e de esgoto e atribuições da política urbana.

De acordo com Junior *et al.* (2020), as políticas urbanas, em especial o saneamento básico, vem sofrendo com a inflexão ultraliberal na história do Brasil, desde os governos de Fernando Collor de Melo e de Itamar Franco, em 1990, quando iniciou-se o processo de dilapidação do Estado brasileiro com as primeiras propostas de desestatização, porém nenhum destes presidentes investiu na privatização do saneamento e setor energético. Porém, no governo de Fernando Henrique Cardoso ocorreu a inauguração das tentativas de privatização do setor, porém pode-se dizer que o governo encontrou um empecilho, a titularidade que nesse momento era dos municípios.

No governo do Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, foi exigido o arquivamento do PL 4147/2001 e começou uma nova era no setor do saneamento no país a partir da criação do Ministério das Cidades, da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (SNSA) e com a criação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) ocorreu a transformação do saneamento para o cálculo do superávit. Em 2013, já no governo de Dilma Rousseff, foi aprovado o Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB) que trouxe uma contribuição para o planejamento do saneamento no Brasil rumo a universalização (JUNIOR *et al.*, 2020).

Após o golpe da presidente Dilma Rousseff, em 2016, e a entrada do governo de Michel Temer se tem a retomada da pauta da privatização do setor por meio da construção da Medida Provisória 844. No governo de Jair Bolsonaro, o texto do PL

3261/2019 não diferiu das MP's anteriores que tentavam alterar o marco regulatório do saneamento e incentivar a participação do setor privado (JUNIOR *et al.*, 2020).

Diante desse cenário de disputa, com os impactos do projeto ultraneoliberal, mercantilizar as políticas urbanas, especialmente a política de saneamento, implica considerar que as expressões da Questão Social, tendem a se intensificar, agravando profundamente as condições de reprodução social da classe trabalhadora nas cidades.

A partir desta reflexão inicial, propõe-se agora conhecer as particularidades da cidade de Belém e um panorama da situação do saneamento básico.

4 AS PARTICULARIDADES DA QUESTÃO DO SANEAMENTO BÁSICO EM BELÉM

De acordo com Macedo e Oliveira (2004), a cidade de Belém é essencialmente hidrográfica. Belém está localizada na confluência do Rio Guamá com a Baía do Guajará e possui um relevo similar ao da região amazônica, verificando-se a presença de igarapés, várzeas e terra firme, sendo a área insular formada por 39 ilhas, correspondendo a 65,64% de sua extensão total, enquanto a área continental, cortada por furos e igarapés, é composta por 14 Bacias Hidrográficas, ou seja, regiões com vários cursos d'água que se conectam para um rio principal, cujas águas são despejadas por uma única foz (Agência Nacional de Águas [ANA], 2014).

Historicamente, diversas áreas e rios urbanos de Belém tiveram a sua fisionomia reconfigurada por projetos de urbanização e saneamento. De acordo com Trindade Jr (1997), as intervenções urbanísticas de saneamento nas áreas alagadas de Belém, chamadas de "baixadas"[3], ocorreram em diversos momentos históricos.

Em um primeiro momento pontuado pelo autor, no século XVIII, especificamente em 1771, o *locus* de intervenção foi Igarapé do Piri, que impedia a contiguidade do traçado urbano da cidade. O projeto para solucionar os alagamentos

[3] Segundo Trindade Jr. (1997, p.22), as "baixadas" "(...) são áreas inundadas ou sujeitas às inundações – decorrentes, em especial, dos efeitos das marés – e ficaram conhecidas, principalmente a partir da década de 60, por serem espaços de moradia das camadas sociais de baixo poder aquisitivo".

da cidade, projetado pelo Major e engenheiro Gaspar J. G. Gronfelts, buscava aproveitar as formas naturais do sítio urbano para solucionar os problemas de saneamento e drenagem da cidade, com a proposta tornar a cidade de Belém, a Veneza amazônica, e também dar-lhe a proteção militar. Entretanto, em 1803, os rumos do projeto foram mudados no governo de Conde dos Arcos, no qual foi realizado o ensecamento do Igarapé do Piri, que se prolongou por mais de um século (TRINDADE JR., 1997).

O segundo momento se dá na segunda metade do século XIX até o início do século XX, no *boom* da borracha, tendo como destaque a administração de Antônio Lemos. O processo de modernização da cidade nesse momento "(...) consistia na construção de redes de esgotos, de água, coleta de lixo e ainda drenagem de áreas pantanosas" (TRINDADE JR., 1997, p.40). O autor também menciona que nesse período foi realizado o aterramento de áreas baixas da cidade.

Segundo Silva e Pereira (2003), nesse momento a implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) em Belém, foi uma das primeiras do Brasil, tendo uma influência dos ingleses. Em 1906 foi constituída a *Municipality of Para Improvement Ltda* para gerenciar o sistema e contratou a empresa inglesa *Douglas Fox & Partner* para realizar os estudos. O projeto inicial envolvia uma parte da área central de Belém, porém foi modificado e somente 56,9% realizado por conta da redução de recursos em decorrência do declínio da borracha.

Outra face deste cenário se mostrou com a criação de um Código de Postura que impôs à população, principalmente as frações da classe trabalhadora, normas para a construção de novos prédios, nesse sentido "(...) o código era autoritário e excludente. A lei proibiu a construção de "barracos" nos boulevares criados" (PORTO *et al.*, 2007, p. 2716).

Nesse sentido, a população mais empobrecida era cada vez mais forçada a ir para locais insalubres e frágeis ambientalmente, já que não existia alternativa habitacional nas áreas altas e saneadas da cidade. Morar em espaços insalubres e alagáveis, utilizando aterro – geralmente insuficiente – para revesti-los e assim construir seu "barraco", foi a única opção da classe trabalhadora em Belém (SILVA, 2010).

Intervenções com a proposta de renovação urbana, segundo Trindade Jr. (1997), foram realizadas em Belém no século XX. Entretanto, destaca-se que a lógica da renovação urbana não envolve apenas a mudança da estrutura urbana do ponto de vista físico, mas também inclui a mudança do seu conteúdo social (ABELÉM, 2018).

Principalmente em 1960, com a instalação do Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS) em Belém, ocorreu uma maior atuação destes projetos nas chamadas Bacias de Drenagem, como exemplo a Bacia da Tamandaré, Bacia do canal das Almas, Bacia do Reduto. Ainda conforme o autor foram realizadas, entre 1965 a 1979, por meio do DNOS, obras nas Bacias da Estrada Nova, Una e Tucunduba (TRINDADE JR, 1997).

Pode-se dizer que estes projetos de urbanização e saneamento pouco agregaram na melhoria de vida da população mais pobre (RIBEIRO, 2017). Assim, o Saneamento Básico continua sendo uma demanda urgente na cidade em pleno século XXI.

Um exemplo de investimento em obras macroestruturais de saneamento na cidade de Belém, nas últimas décadas, é o Projeto de Macrodrenagem da Bacia Hidrográfica do Una, uma obra de macrodrenagem realizada na maior Bacia Hidrográfica da cidade, e que, contraditoriamente, pela falta de manutenção vem gerando consequências drásticas na vida dos moradores, como o transbordamento dos canais, trazendo doenças e poluição para as ruas e casas de diversas famílias (CRUZ; SOARES; CARDOSO, 2020).

Outro exemplo de investimento no setor de saneamento em Belém, no contexto da Bacia Hidrográfica do Tucunduba, a segunda maior Bacia Hidrográfica de Belém, é o Projeto Saneamento Integrado da Bacia do Tucunduba, que ainda está inconcluso[4]. Esta intervenção é uma demanda histórica da população do Tucunduba, pois é vista como a solução dos constantes alagamentos (SANTOS, 2018).

[4] De acordo com a publicação de 12 de janeiro de 2021, do site da Agência Pará, o Governo do estado do Pará, gestão de Helder barbalho, entregou dois trechos do projeto de Macrodrenagem da Bacia do Tucunduba, que correspondem ao perímetro entre a Rua São Domingos e a Passagem 2 de junho. O terceiro trecho do canal, da Rua Dois de junho até à travessa Vileta, tem entrega prevista para o início de 2022 (ROCHA, 2021).

Entretanto, é importante mencionar que o discurso de “sustentabilidade” e da “qualidade ambiental da vida urbana”, que muitas vezes permeia tais intervenções, contraditoriamente, vem beneficiando minorias e continuam a reproduzir as mazelas do sistema capitalista, por meio do aumento da desigualdade, segregação socioespacial e degradação dos recursos ambientais (ACSELRAD, 2009).

4.1 Os desafios da universalização do saneamento básico na cidade de Belém

A partir dos dados recentes sobre a situação do Saneamento no Brasil realizada pelo Instituto Trata Brasil (2019; 2020), verifica-se que a cidade de Belém possui um dos piores índices de Saneamento básico do estado do Pará, ficando atrás de mais dois munícipios paraenses, Santarém e Ananindeua. Estes três municípios tem em comum o mesmo operador do serviço, a Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA), e, no caso de Belém, o serviço é prestado em conjunto com o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Belém (SAAEB).

Conforme os dados: 28,7% da população, cerca de 417.309 pessoas, do município de Belém, estão sem acesso a água; 87% da população, em torno de 1.263.558 pessoas, não tem acesso a coleta de esgoto; o percentual de esgoto tratado sobre água consumida é de 0,8% e o volume de esgotamento não tratado na cidade equivale a 51.859,44 m^3 (PAINEL..., 2019).

De acordo com Davis (2006) em nível mundial, as doenças do trato digestivo oriundas das más condições sanitárias e da poluição da água potável, como diarreia, enterite, colite, febre tifoide e febres paratifoides, são a principal causa de morte do mundo e afetam principalmente bebês e crianças pequenas.

Observa-se, com base nos dados, que a cidade de Belém, não diferente de outras cidades globais, em pleno século XXI, vive em plena miséria, “cercada de poluição, excrementos e deterioração” (DAVIS, 2006, p. 28-29).

É importante mencionar que existem sucessivas tentativas de privatização do saneamento no Brasil, com o argumento do sucateamento e a baixa qualidade dos serviços prestados pelas companhias públicas e a aposta da melhoria dos serviços prestados pelas empresas privadas.

Diante da crise já instalada na cidade de Belém pela ausência de serviços básicos de saneamento e com a precarização das condições de moradia de frações da classe trabalhadora, o alvo da pandemia de Covid-19, que apesar de ser vista por muitos como democrática, afeta diretamente os sujeitos de acordo com a classe, raça e gênero.

De acordo com a campanha do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), “o percentual de pessoas negras que vivem em condições precárias de saneamento, sem acesso simultâneo a água, esgoto e coleta de lixo, é quase o dobro de pessoas brancas”, ou seja, “na falta de água e na sobra de esgoto transborda racismo” (CFESS, 2019).

5 CONCLUSÃO

Em síntese, à luz do referencial teórico escolhido para conduzir este trabalho, foi possível analisar que historicamente às cidades vêm sendo guiadas por concepções de Planejamento Urbano no qual os interesses da classe trabalhadora não são contemplados, mas sim os interesses do capital. Esta lógica, irradiada nas várias cidades do mundo, vem cada vez mais tornando o Brasil como parte deste circuito de mercantilização das cidades.

Através da pesquisa constatou-se que no Brasil, o saneamento básico vem sendo disputado pela lógica do mercado, agravando as condições de moradia das frações da classe trabalhadora que sobrevive na “cidade ilegal”.

Em Belém do Pará, as frações da classe trabalhadora vêm sofrendo com a crise do saneamento em pleno século XXI, que se expressa pelos índices precários de acesso à água potável, com a falta de tratamento de resíduos sólidos e do esgotamento sanitário e com a falta de soluções técnicas para os constantes alagamentos.

REFERÊNCIAS

ABELÉM, Auriléa Gomes. **Urbanização e remoção:** por que e para quem?. Belém: NAEA, 2018.

ACSELRAD, Henri (Org.). **A duração das cidades:** sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

Agência Nacional de Águas. (2014). **Comitê de Bacia Hidrográfica** [Vídeo]. Brasília, DF: Agência Nacional de Águas.

BRITTO, Ana Lucia Nogueira de Paiva; LIMA, Sonaly Cristina Rezende Borges de; HELLER, Léo; CORDEIRO, Berenice de Souza. Da fragmentação à articulação: a política nacional de saneamento e seu legado histórico. **R. B. Estudos urbanos e regionais**, v. 14, n.1. 2012.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana.** São Paulo: paz & terra, 2020.

CFESS. **Assistentes sociais no combate ao racismo**. Brasília: CFESS, 2020. p. 26. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/2020Cfess-LivroCampanha Combate Racismo.pdf. Acesso em: 24 jan. 2020.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 2004.

CRUZ, Sandra Helena Ribeiro. **Grandes Projetos Urbanos, Segregação Social e condições da moradia em Belém e Manaus**. 2012. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

CRUZ, Sandra Helena Ribeiro; SOARES, Pedro Paulo de Miranda Araújo; CARDOSO, Welson de Sousa Cardoso. Belém (PA): contradições sociais do e no planejamento urbano. **Rev. de Pol. Púb**., São Luís, v.22, p.1269-1290. 2018.

DAVIS, Mike. **Planeta favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

ENGELS, Friedrich. As grandes cidades. *In*: ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Global, 1985.

FOSTER, John Bellamy. A ecologia da economia política marxista. **Lutas Sociais**, São Paulo, n.28, p.87-104. 2012.

GIL, Antônio Carlos**. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** São Paulo: Atlas, 1987.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes:** do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins fontes, 2014.

INSTITUTO TRATA BRASIL. **Ranking do Saneamento 2019**. São Paulo, SP, 2019. 128p.

INSTITUTO TRATA BRASIL. **Ranking do Saneamento 2020**. São Paulo, SP, 2020. 134p.

JUNIOR, Orlando Alves dos Santos; DINIZ, Tânia Maria Ramos de Godoi; JUNIOR, Nelson Saule (Orgs.). **Dossiê do desmonte da política urbana federal nos governos Temer e Bolsonaro e seus impactos sobre as cidades:** violações de direitos humanos e os riscos de construção de cidades intolerantes, excludentes, injustas e antidemocráticas. Rio de janeiro: IPPUR/UFRJ, 2020.

LOJKINE, Jean. **O Estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins fontes, 1981.

LUKÁCS, Georg. O particular à luz do materialismo dialético. *In:* LUKÁCS, Georg. **Introdução a uma estética Marxista:** sobre a Particularidade como Categoria da Estética. São Paulo: Instituto Lukács, 2018.

MACEDO, Cleonice Meireles de; OLIVEIRA, Maria C. Z. G. de. Esse rio é nossa vida: meio ambiente e educação ambiental no Tucunduba. *In:* NEVES, Rosa Helena Nascimento; QUINTELA, Rosângela da Silva; CRUZ, Sandra Helena Ribeiro. **A política de assistência social em Belém**: palavra de quem trabalha e reinventa a vida (1997-2004). Belém: Paka-Tatu, 2004.

MAGALHÃES, Rafael Caldeiras. Lutas sociais no espaço urbano de Belém/PA e suas conexões com o saneamento básico. **Brazilian Geographical Journal**, Ituiutaba, v. 6, n. 2, p. 183-204, jul./dez. 2015.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

MARQUES, Gilberto de Souza. **Amazônia:** riqueza, degradação e saque. São Paulo: expressão popular, 2019.

PAINEL saneamento Brasil. Disponível em: https://www.painelsaneamento.org.br/. Acesso em: 15 junho 2019.

PEREIRA, Tatiana Dahmer. Saneamento e suas múltiplas (inter) faces: digressões sobre o direito ao meio ambiente no território. *In*: GOMES, Maria de Fatima Cabral Marques *et al*. **Renovação Urbana, mercantilização da cidade e desigualdades socioespaciais.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2013.

PORTO, Aline L. G.; SECCO, Chiara B.; DELGADO, Gisele M.; VERBICARO, Camila C.; DEMARZO, Mauro A. A Influência "Haussmanniana" nas Intervenções Urbanísticas em Cidades Brasileiras. In: XI ENCONTRO LATINO AMERICANO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E VII ENCONTRO LATINO AMERICANO DE PÓS-GRADUAÇÃO, XI e VII, 2007, Porto Alegre. **Anais...** São Paulo: Universidade do Vale da Paraíba, 2007. P.2714-2717.

RIBEIRO, Armando. Intervenções urbanísticas: Projetos não consideram necessidades e desejos dos moradores. **Jornal Beira do Rio:** divulgação científica, Belém, n. 140, dez./jan., 2017.

ROCHA, Matheus. Governo do Estado entrega trechos do projeto de Macrodrenagem da Bacia do Tucunduba, em Belém. **Agência Pará de notícias**, Belém, 12 jan. 2021. Disponível em: https://agenciapara.com.br/noticia/24355/. Acesso em: 12 jan. 2021.

SÁNCHEZ, Fernanda. A reinvenção das cidades na virada de século: agentes, estratégias e escaladas de ação política. **Rev. Sociol. Polit.**, Cutitiba, nº16, p.31-49, jun. 2001.

SANTOS, Gizele Cristina Carvalho dos. **Planejamento urbano e participação popular:** os limites do Projeto Tucunduba, em Belém (PA). 2018. 128f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

SILVA, Maria Gorete da Gama e. **Projeto de urbanização empreendimento Riacho Doce:** a contradição entre o discurso e a prática no processo de gestão democrática do Governo do Estado do Pará. 2010. 135f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Pará, Belém.

SILVA, Valdinei Mendes da; PEREIRA, José Almir Rodrigues. Evolução do sistema de esgotamento sanitário da RMB. *In:* PEREIRA, José Almir Rodrigues (Org.). **Saneamento Ambiental em áreas urbanas:** esgotamento sanitário na Região Metropolitana de Belém. Belém: Editora da Universidade Federal do Pará, 2003.

TRINDADE JR., Saint-Clair Cordeiro da. **Produção do espaço e uso do solo urbano em Belém**. Belém: NAEA,1997

VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento estratégico urbano. *In*: ARANTES, O.; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único:** desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2002.

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. *In:* DEAK, Csaba; SCHEFFER, Ramon. **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1990.